

# **Dependência, Circuito Inferior e a Geografia Crítica: Diálogos e rupturas entre Milton Santos e a Teoria Marxista da Dependência**

**LEITE, Tiago Marques**

Graduando em Geografia

Universidade Federal de Minas gerais (UFMG)

tiagomarquesleite@gmail.com

**Área Temática:** 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico - Sessão de Comunicação.

**Resumo:** O presente trabalho objetiva apontar, de forma introdutória, a forma como o geógrafo Milton Santos dialogou com o movimento teórico denominado “Teorias do Desenvolvimento”, absorvendo parte de suas contribuições e contrapondo outras. Assim, focou-se a análise em três vertentes. A primeira diz respeito às concordâncias teóricas parciais do geógrafo em relação aos autores ligados à Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, CEPAL, e a vertente liberal, principalmente Celso Furtado, enquanto se utiliza de autores marxistas por seus estudos empíricos. O segundo ponto de análise ocorre nas críticas que Milton Santos estrutura sobre tais autores e seus limites teóricos, concordando com as críticas mas não as absorvendo epistemologicamente nas suas produções. Por fim, apresenta-se um estudo de caso sobre as similaridades entre os conceitos de “Superexploração da força de trabalho”, de Ruy Mauro Marini, e o circuito inferior da Economia Urbana de Milton Santos, revelando a similaridade dos autores sobre os problemas dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que discordam das intervenções para seu fim. É exposto como resultado parcial a influência da abordagem histórico-estruturalista no pensamento de Milton Santos sobre suas intervenções na realidade brasileira, em especial sobre o fenômeno da industrialização, apesar do método marxista de análise do geógrafo.

**Palavras-chave:** 1. Milton Santos; 2. Ruy Mauro Marini; 3. História do pensamento geográfico; 4. Teorias da Dependência;

## INTRODUÇÃO

A América Latina passou por mudanças radicais no período do pós-guerra de 1945. A ascensão de movimentos populares nos diversos países foram alçados a um novo nível de possibilidade de mudança histórica quando a Revolução Cubana, em 1959, revelou a possibilidade do socialismo nas ex-colônias (DOS SANTOS, 1972). Ato contínuo aos movimentos está o aporte de novas políticas externas pelos Estados Unidos, exemplificada na figura do programa Aliança Para o Progresso. Essa política vai reger e permitir a entrada dos novos mecanismos e relações de produção do Capital. Assim, como resposta político econômica, uma série de ditaduras vão ser propagadas na América Latina e apoiadas pelos Estados Unidos, permitindo a abertura econômica e gerando um novo ciclo de acumulação, incompatível nos primeiros anos com a democracia liberal (BAMBIRRA, 1974). As relações entre a ditadura civil-militar no Brasil, a ditadura de Augusto Pinochet no Chile e os programas econômicos do Fundo Monetário Internacional e da chamada “Escola de Chicago” exemplificam a ideia.

É dentro desses processos históricos que as ciências sociais latino-americanas sofrem uma cisão com o pensamento da época. A partir de então, começa a ser valorizado o pensamento da região pelos próprios autores, onde suas teorias e conceitos conseguem explicar a realidade. Milton Santos e Ruy Mauro Marini constroem seus pensamentos nesse movimento, cada qual a sua maneira, valorizando suas disciplinas enquanto mantém grande interdisciplinaridade com a ciências no geral.

A teoria da dependência de cunho marxista surge como um contraponto às teorias desenvolvidas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL. Sua teoria aparece dentro das chamadas “Teorias do Desenvolvimento”, cuja Teoria da Dependência teve destaque (KATZ,2019 pág 99). As correntes liberais e cepalinas postulavam que o subdesenvolvimento seria superado por meio da aliança das classes exploradas com a burguesia nacional, se desenvolvendo nos mesmos moldes que os países considerados desenvolvidos (BAMBIRRA, PÁG 17, 1983). Ainda segundo a autora, o governo de João Goulart, de 1961 a 1964, buscou promover essa conciliação em sua política interna. Assim, os cepalinos entendiam o subdesenvolvimento como uma questão de utilização racional dos recursos nacionais por meio de um planejamento estatal. O livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1974) de Celso Furtado expressa de maneira eficaz o desenvolvimentismo da CEPAL nos anos de 1960-70. Segundo Vânia Bambirra, a Teoria Marxista da Dependência aparece como uma resposta da realidade às falhas do pensamento cepalino. Apesar disso, é fundamental explicitar que alguns de seus próprios pensadores internos passaram a questionar esse pensamento, como o sociólogo peruano Aníbal Quijano, que mais tarde traz contribuições fundamentais à TMD.

A Geografia enquanto ciência autônoma não fugiu de tais mudanças nas ciências sociais. A ruptura da Geografia Tradicional com a Geografia Crítica brasileira acontece em moldes similares às presentes nas outras disciplinas. Para MORAES(2003), a alteração da realidade, com o fim do estágio concorrencial do modo de produção capitalista e a entrada na era monopolista dos grandes capitais estrangeiros foi um dos fatores essenciais da mudança teórica. Concomitantemente, a globalização complexificou as redes urbanas e a própria urbanização brasileira, necessitando de uma nova base metodológica que explique a realidade. Não se pretende aqui, pois, desenvolver a história do pensamento geográfico e suas críticas à Geografia Positivista, apenas apontar similaridades de mudança nos paradigmas científicos (SANTOS, 2002, pág 39) entre a Geografia brasileira e outras ciências.

A Geografia Crítica rompe então com esse postulados, e seus autores se posicionam frente à realidade social, pensando o saber científico como arma contra a ordem constituída, produzindo uma Geografia Militante (MORAES, 2003. pág 42). Dialogando com o momento histórico, Milton Santos pauta sua obra após perceber, durante seus estudos na França, que as teorias desenvolvidas no seio da Europa não se aplicavam à realidade latino-americana.

Assim, o primeiro ponto de diálogo dos autores se concebe no desenvolvimento de suas teorias. Ambos buscam, cada um por sua disciplina mas também pela interdisciplinaridade, produzir um conhecimento científico que se coloque como correspondente da realidade latino-americana. Ruy Mauro Marini, por meio de sua interpretação do Capitalismo Dependente e das Teorias da Dependência cepalinas e liberais (KATZ, 2020), produz uma sólida crítica à Modernidade, base científica de tais pensadores, onde a sociedade europeia e estadunidense eram vista como “Uma necessidade histórica incontestável” (SANTOS, 1978). Ao mesmo tempo, Milton Santos produz sua teoria em crítica à produção geográfica da época, apontando as limitações presentes na Geografia Clássica, principalmente a geografia geral e sua desatualização perante à realidade.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo central compreender as aproximações teóricas entre Milton Santos e as diferentes correntes de pensamento que corresponderam ao momento histórico conhecido como teorias do desenvolvimento, procurando ajudar a entender como a Geografia Crítica brasileira absorveu diferentes autores e as consequências na Geografia contemporânea.

Sob a perspectiva metodológica, buscou-se uma divisão em dois momentos. O primeiro diz respeito a revisão bibliográfica sobre a relação entre Milton Santos e as teorias do desenvolvimento, selecionando as principais obras influentes de cada uma das 3 correntes de pensamento, os principais pesquisadores que procuraram compreender as epistemologias por trás de cada uma delas e suas consequências no pensamento social brasileiro contemporâneo. Concomitantemente, foram analisados artigos, livros e palestras proferidas pelo professor Milton Santos que buscassem dialogar diretamente com a temática do desenvolvimento, em especial o período dos anos 1960 até

1990. O período analisado foi escolhido pelo momento histórico das publicações, onde as discussões sobre o “desenvolvimento” e a Dependência estavam em foco no pensamento teórico e social da América Latina. O método de interpretação dos diálogos existentes entre Milton Santos e as teorias da dependência se estruturou em uma separação dual dos autores utilizados enquanto referências bibliográficas. De um lado, foram distinguidas referências cuja utilização se deu no âmbito teórico, seja reforçadas ou criticadas pelo autor, enquanto do outro lado foram separadas as referências cuja utilização se deu apenas enquanto estudos de caso, de modo que a teoria dos autores que as desenvolveram não foram colocadas em discussão. Os resultados preliminares revelam como tal separação bibliográfica colocou as abordagens liberais e cepalinas, no seu mais amplo espectro, de um lado, e autores de abordagem marxista, do outro.

O segundo momento se desenvolve em torno de um estudo de caso entre as relações das teorias de Milton Santos e Ruy Mauro Marini. Foram selecionadas as principais obras que tratassem da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, em especial o livro “O espaço dividido” (1979), assim como seus desdobramentos e atualizações na contemporaneidade<sup>1</sup>, e a teoria da superexploração da força de trabalho, cerne do pensamento teórico de Ruy Mauro Marini. No âmbito do sociólogo, utilizou-se seu texto central “Dialética da Dependência” (1973) como fonte norteadora da formulação de Dependência e sua categoria central, a superexploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo incorporou-se outros textos presentes que estendessem e complementassem o conceito<sup>2</sup>, uma vez que a formulação de Marini sobre a superexploração da força de trabalho gerou um grande debate nas ciências sociais brasileiras sobre sua validade e existência prática<sup>3</sup>.

## **O (SUB)DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DO SUBDESENVOLVIMENTO EM MILTON SANTOS**

A Geografia enquanto ciência autônoma não fugiu do movimento de mudanças epistemológicas das ciências sociais, apesar de suas particularidades. A ruptura da chamada Geografia Tradicional, Clássica ou Positivista, no Brasil ocorreu como consequência do fim do estágio concorrencial do modo de produção capitalista e a entrada na era monopolista dos grandes capitais estrangeiros. Assim, a ciência geográfica praticada não conseguia mais responder às questões impostas pela realidade, exigindo uma mudança teórica. A própria globalização

---

<sup>1</sup> Cataia, Márcio, e Silvana Cristina da Silva. "Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade." *Boletim Campineiro de Geografia* 3.1 (2013): 55-75.

<sup>2</sup> Luce, Mathias Seibel. "Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica." São Paulo: Expressão Popular (2018).

<sup>3</sup> PRADO, Fernando Correa. "História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil." *Comunicação & política* 29.2 (2011): 68-94.

complexificou as redes urbanas e a própria urbanização brasileira, encontrando o limite do pensamento importado da Europa(SANTOS, 1978, pág 65).

A consequência da necessidade de uma reforma teórica foi a substituição por uma nova visão de Geografia cujo caráter era utilitarista, planejador e matemático(ABREU, 1994). Importado dos Estados Unidos de autores como David Harvey<sup>4</sup> e Brian Berry (ABREU, 1994, pág 43), a Geografia Nova, ou NeoPositivista, alimentava-se teoricamente da matemática e da estatística, procurando manter um caráter supostamente apolítico e imparcial.Tal caráter se tornou presente importando pesquisadores para consolidar o conhecimento, ocupação e controle do território brasileiro, marca da Ditadura Cívico-militar. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sua utilização pela ditadura civil militar é marca latente dos efeitos práticos de tal pensamento (VIEGAS, 2020).

Concomitantemente, a partir da década de 60 certos autores começam a se posicionar frente à realidade social, pensando o saber científico como arma contra a ordem constituída, produzindo uma Geografia “Militante”(MORAES, 2003. pág 42). Esse movimento tem como marca a utilização do materialismo histórico dialético enquanto ferramenta de análise da realidade geográfica posta, caracterizando-se enquanto Geografia Crítica<sup>5</sup>. Entre seus autores fundamentais está Milton Santos. Dialogando com o momento histórico, o geógrafo baiano pauta sua obra após perceber, durante seus estudos na França, que as teorias desenvolvidas no seio da Europa não se aplicavam à realidade latino-americana. Em “O Trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo” (1996) o autor explicita a necessidade de formulações próprias sobre o espaço nos países subdesenvolvidos, uma vez que esses possuem processos diferentes, não antagônicos, dos países desenvolvidos, cuja teoria adota seus conceitos como postulados gerais e equiparáveis (pág 122). É nessa virada que o autor se utiliza do ferramental teórico marxista dentro da Geografia, reestruturando a própria concepção de “espaço”, assim como o papel do Geógrafo e avança no conceito de Marx de “Formação Social”, para uma “Formação Socioespacial” (SANTOS,1977).

Por fim, antes de avançar no pensamento miltoniano, é necessário um apontamento no que tange as Geografias brasileiras. Nenhum dos movimentos de substituição, reforma ou modificação do pensamento geográfico no Brasil aconteceu de forma bruta, revolucionária no sentido Kuhniano (Kuhn,1962), causando dentro do pensamento nacional uma repartição entre as correntes teóricas<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Torna-se fundamental apontar, porém, a virada teórica de David Harvey em direção ao marxismo e a uma certa posição dentro da Geografia Crítica, criticando antigas posições. HARVEY, David. **“Explanation in geography.”** London: Edward Arnold,1969.

<sup>5</sup> Milton Santos estabelece esse movimento enquanto uma “Geografia Nova”, rechaçando e invertendo as concepções da “Nova Geografia”. SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 4º Edição. São Paulo: EDUSP, 1978.

<sup>6</sup> Além das três correntes citadas, é possível pensar também em subdivisões como a própria Geografia Cultural, “Humanista”, e sua forte presença em certos círculos acadêmicos. CLAVAL, Paul. **A geografia cultural no Brasil.** In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia.** Salvador: EDUFBA, 2012.

que se mantém nos dias atuais e impedindo conclusões precisas e gerais sobre a Geografia Brasileira enquanto campo único metodologicamente.

A teoria dos dois circuitos da Economia Urbana nos países subdesenvolvidos surge como modelo explicativo da urbanização nos países latino-americanos na década de 1960. Segundo Milton Santos (1982), “a divisão territorial do trabalho nacional funcionalizou a divisão internacional do trabalho. As cidades latino-americanas nasceram para atender às demandas dos centros metropolitanos, esposando, portanto, uma condição periférica do sistema”. Assim, o próprio espaço se torna agente na globalização, influenciando e sendo influenciado pelas economias internacionais. O geógrafo compreende então que a urbanização desses países não se deu nos mesmo moldes que a dos países desenvolvidos, necessitando uma nova abordagem dos conceitos ortodoxos. É produzida então a formulação dos dois circuitos da economia urbana, divididos em dois subsistemas.

“O circuito superior é aquele das grandes empresas e instituições (bancos, grandes corporações e o próprio Estado), e o circuito inferior, são as formas utilizadas pela população pobre, que é maioria e tende ao crescimento, de gerar renda a partir de atividades de organização simples, que dependem de mão de obra intensiva e pouco (ou nenhum) capital. Esses dois circuitos formam o subsistema urbano. Este último estabelece relações de dependência, complementaridade ou mesmo concorrência com o primeiro, contudo ambos são parte de um único sistema econômico urbano, ou seja, não há dualismo.”

(CATAIA, 2013. pág 58)

É interessante apontar, já aqui, o desenvolvimento de idéias gerais que rodeiam o pensamento dos autores ligados à vertente Marxista das teóricas da Dependência em geógrafos posteriores à Milton Santos, estabelecendo algumas relações teóricas que os próprios autores postulam, ainda que de maneira superficial e indireta, entre as correntes de pensamento. Entre elas:

“O mecanismo de dependência dos países periféricos no processo de incorporação ao sistema capitalista é em grande parte responsável pela situação de periferia do sistema. Não há inexistência de desenvolvimento na periferia, mas o próprio desenvolvimento é portador de uma contradição que autoriza também sua convivência com larga pobreza nesses países. Por isso, são países que conhecem, ao mesmo tempo e sem dualidade, espaços ricos e modernizados e espaços opacos e empobrecidos”

(CATAIA, 2013. pág 58)

Milton Santos elabora então a separação dos dois sistemas, cada um com suas próprias esferas de produção, circulação e consumo, sem deixar de, porém, dialogar com o outro em diversas vertentes. Destaca, também, o ponto de diálogo entre as duas teorias, a questão salarial na condição de vida do trabalhador assalariado.

“A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira

permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e efeito da existência, ou seja, da criação e manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços”

(SANTOS, 1978. pág.37)

A pobreza encontra então uma dinâmica geográfica única no pensamento do autor. Para ele, ela se encontra estruturada na globalização do Capital, onde a divisão territorial do trabalho é dependente das grandes finanças mundiais. A estruturação política econômica brasileira voltada para a exportação entra em diálogo com esse movimento, reforçando esse caráter e o ampliando.

## **RUY MAURO MARINI, DEPENDÊNCIA E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

A corrente marxista teve seu rompimento metodológico com outras linhas devido seu ferramental teórico alicerçado no materialismo histórico, cuja uma das principais consequências foi no entendimento da categoria “Dependência”. Para os autores da TMD (Teoria Marxista da Dependência), a Dependência não se colocava como uma etapa do capitalismo a ser superado, mas como uma relação do próprio Capital mundial. Assim, “[...] a dependência é uma característica intrínseca do sistema socioeconômico dos países subdesenvolvidos [...]. Esta face interna não é, pois, uma consequência de fatores externos, mas sim a sua própria maneira - o modo dependente - de participar desse processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista.” (DOS SANTOS, 1972). Por se tratar de uma categoria desenvolvida no materialismo histórico e dialético, a dependência se caracteriza então como “ síntese de múltiplas determinações” (LUCE,2018. pág 197), formada por relações causais da economia mundial e das formações econômicas sociais. Ou seja, a dependência não se apresenta apenas como política externa dos países desenvolvidos, sendo continuada também no interior dos países subdesenvolvidos. A discussão de Vânia Bamberra (1983) sobre as elites nacionais e seu caráter estrangeiro é esclarecedora nas relações desenvolvidas na periferia do sistema. Seguindo na divisão de LUCE (2018), a categoria da Dependência é segmentada em 3 conceitos: a transferência de valor como intercâmbio desigual, a cisão nas fases do ciclo do Capital e a superexploração da força de trabalho. Esse trabalho se propõe a dialogar com vigor com a última.

Ruy Mauro Marini começa a elaborar, em A dialética da Dependência (1973), seu principal conceito de análise da realidade latino americana. Para o autor, o capitalismo dependente não tem condições de compensar a desigualdade de condições do mercado do capitalismo desenvolvido pela lei do valor de Marx. Assim, a superexploração da força de trabalho se constitui como “o

fundamento da dependência”, onde “[...] o trabalho é remunerado abaixo de seu valor”(MARINI, 1973). Para suprir a desigualdade e compensar a perda de mais-valia, a economia dependente abre mão de sua economia interna e do trabalhador. “[...] a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a desgaste prematuro; e/ou a reposição de seu desgaste acontece de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais”, ocorrendo o rebaixamento do seu valor” (LUCE, pág 135).

“A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de **modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematura da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais** (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor.”

(LUCE, 2018, pág 155)

A superexploração aparece então pelas seguintes formas: Pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais, aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais e hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Dentre esses, torna-se especial as reflexões propostas por Marini na esfera do consumo.

“Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual **“o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”**, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.”

(MARINI, Ruy Mauro, 1973. pág 11) (grifos nossos)

E conclui, reafirmando a importância do consumo no conceito:

“Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessário para repor o desgaste de sua força de trabalho: [...] no último **[expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho]**, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.”

(MARINI, Ruy Mauro, 1973. pág 13) (grifos nossos)

A especificidade do pensamento de Ruy Mauro Marini e dos autores da TMD surge na formulação da Dependência e da superexploração da força de trabalho enquanto estruturantes do capitalismo brasileiro, com leis tendenciais específicas cujas marcas podem ser observáveis no



próprio espaço geográfico, visto que este é historicamente definido, um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente cujas manifestações ocorrem por meio de processos e funções<sup>7</sup>. Produto de ações sociais, o espaço geográfico se postula enquanto agente ativo como fator social, uma instância da sociedade<sup>8</sup>. Dessa maneira, se torna fundamental uma compreensão específica sobre o fenômeno concreto da produção do espaço na América Latina, assim como de seu capitalismo dependente, engendrando um debate e aproximação entre os autores.

## DEBATES E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE A GEOGRAFIA DE MILTON SANTOS E A DEPENDÊNCIA DE MARINI

As discussões entre Milton Santos e os autores da teoria marxista da dependência podem ser percebidas nos mais diversos âmbitos, influenciando-se direta ou indiretamente. Os estudos acerca das técnicas perpassam tanto o geógrafo, a ponto de se definir a própria Geografia enquanto uma “ciência das técnicas”(SANTOS, 1996), quanto Theotônio dos Santos, economista mineiro que também produziu sobre o assunto. A abordagem miltoniana discutia a respeito do período técnico-científico-informacional, e principal o papel do espaço geográfico nela. “A técnica é uma elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada”.(SANTOS, 1996, pág 46). A técnica para Milton Santos tem, também, um caráter geográfico, ela é *necessariamente* espaço, um “dado ativo cujo papel nas orientações, escolhas ações e resultados é crescente ao longo da história.”(SANTOS,1996, pág 47). De maneira similar, Theotônio dos Santos procura produzir e entender a “revolução Científico-Técnica”, sua distribuição e efeitos na divisão internacional do trabalho e os efeitos da Dependência nos seus desdobramentos<sup>9</sup>. A publicação de ambos os autores no livro organizado por Milton Santos “Território: Globalização e Fragmentação”<sup>10</sup>(1994), revela a proximidade não só do objeto de estudo mas também das teorias desenvolvidas, apesar da ausência de horizonte revolucionário no pensamento miltoniano.

As relações entre Santos-Marini se estruturam de maneira similar. Ambos participaram da conferência “Dependência Externa e Problemas de Desenvolvimento na América Latina e Caribe” em 1972, onde Milton Santos foi posto como comentador do artigo “Subimperialismo brasileiro na

---

<sup>7</sup> SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

<sup>8</sup> *Ibid.*,p.145.

<sup>9</sup> O desenvolvimento teórico do autor pode ser compreendido nas seguintes obras: DOS SANTOS, Theotonio . **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1983. DOS SANTOS, Theotonio . **Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital**. Petrópolis, RJ: Ec. Vozes, 1987. DOS SANTOS, Theotonio . **A Revolução Científico-Técnica, A Divisão Internacional do Trabalho e o Sistema Econômico Mundial**. Vitória, ES: Cadernos ANGE, 1994.

<sup>10</sup>O artigo intitulado “O retorno do Território” de Milton Santos é considerado fundamental na Geografia Crítica uma vez que volta a incorporar a categoria de análise do território no pensamento geográfico.

América Latina”<sup>11</sup> de Ruy Mauro Marini (MACHADO, 2017). O geógrafo desenvolveu então o artigo intitulado “Sub-imperialism as Viewed by a Geographer”, publicado em 1975<sup>12</sup>. Nele, são elogiados a geografização do conceito de subimperialismo pelo economista, assim como uma produção teórica latino-americana que não procurou exportar conceitos. Também dialogava de maneira potente com o momento histórico do Brasil, em especial com a ditadura cívico-militar que forçou o exílio dos dois pensadores. Milton Santos faz uma leitura do texto de Marini e estabelece um debate por meio da industrialização, inserindo a importância da questão espacial no debate e utilizando o conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de Andre Gunder Frank. Ele pontua as diversas dependências presentes nos países subdesenvolvidos industrializados, entre elas a dependência tecnológica, das formas produtivas de organização da produção (monopólios), nas formas de organização espacial (concentrada e pontual), além de pontuar a importância das redes urbanas e sua complexidade no nível de industrialização do país (SANTOS,2017). Os dois autores pontuam a importância do Estado nesse movimento, subsidiando os monopólios de exportação, investindo em infraestrutura e focando na produção de bens intermediários. É a partir daqui que se pretende estabelecer o diálogo entre os dois circuitos da Economia Urbana, em especial do Circuito Inferior, e a superexploração da força de trabalho.

Por meio de um esforço de interpretação das teorias e aproximação de autores, cujas relações já foram apontadas<sup>13</sup>, é possível observar como, por meio de disciplinas diferentes, Milton Santos e Ruy Mauro Marini analisam o fenômeno da pobreza. O conceito de superexploração de Ruy Mauro Marini parece estabelecer então uma relação com o Circuito Inferior da Economia Urbana de Milton Santos. Isso se dá principalmente por uma de suas faces, “a retirada da possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 1973). Assim, é criada uma região econômica de consumo específico, que tenta seguir o ritmo de consumo do capital mundial apesar de sofrer com a desvalorização dos termos de troca, ou seja, é criado um circuito inferior da economia urbana, segregado pela economia mundial mesmo que atrelado a ela. Como a globalização causou a complexificação e a hierarquização superior das redes urbanas perante outras redes, toma-se sentido entender que esse Circuito perpassa por toda a economia nacional.

Como já apresentado no texto, é claro o conhecimento entre os autores sobre suas teorias e debates dentro do mesmo campo de pensamento latino-americano. Isso se confirma não somente pelas citações diretas de Milton Santos à Ruy Mauro Marini como também pelo diálogo estabelecido entre os autores nos Estados Unidos.

---

<sup>11</sup>MARINI, Ruy Mauro. **Brazilian Subimperialism**. Monthly Review, vol. 23, nº 9, 1972.

<sup>12</sup>SANTOS, Milton. **Subimperialismo, na visão de um geógrafo**. GEOgraphia, v. 19, n. 40, p. 180-184, 2017.

<sup>13</sup>MACHADO, Thiago Adriano. **Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo**. GEOgraphia, v. 19, n. 40, p. 185-190. 2017.

Concomitantemente, é apontado uma aproximação das teorias no que tange a abordagem sobre a questão da Dependência e a superexploração da força de trabalho e o circuito inferior da Economia Urbana, principalmente no setor do consumo e do estiramento entre produção e consumo. Com uma mesma base epistemológica e momento histórico, os dois autores observaram o mesmo resultados na América Latina, cada qual se utilizando de suas disciplinas referentes. A discordância surge, porém, na conclusão dos autores sobre a questão. Isso porque Milton Santos se utiliza de Marini apenas enquanto autor referência sobre suas pesquisas de campo, assim como buscou lidar com diversos outros autores que estudaram os países periféricos na época. Não se encontrou nenhuma citação à Marini enquanto referencial teórico estrito, situando-se muito mais próximo do pensamento dos autores da CEPAL como Celso Furtado, principalmente na abordagem do subdesenvolvimento e de sua superação dentro do Capitalismo via industrialização via substituição de importação. Ao mesmo tempo, Milton Santos estabelece duras críticas ao pensamento social da época, críticas essas também formuladas pelos teóricos da POLOP.

## **A CRÍTICA ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DENTRO E FORA DA GEOGRAFIA**

Neste capítulo buscou-se utilizar enquanto material bibliográfico de referência obras cujo principal objetivo foi debater o próprio pensamento social de Milton Santos em torno da temática do (sub)Desenvolvimento, suas críticas e concordâncias com outros autores. Dessa maneira a obra “Pobreza Urbana”(1978) tem papel fundamental uma vez que seu objetivo estrito é o de discutir as teorias por trás da pobreza e do ideal de desenvolvimento, demonstrando as posições teóricas do geógrafo frente ao debate e as similaridades de críticas às correntes marxistas.

Partindo de um desenvolvimento próprio, Milton Santos disserta sobre o “problema” da pobreza, destrinchando-o. Em primeiro lugar é apontado a problemática dual das estatísticas: Nos países subdesenvolvidos ela seriam poucas, insuficientes para explicar a realidade urbana. Ao mesmo tempo, os trabalhos e dados existentes estariam mal desenvolvidos e mal interpretados, seguindo parâmetros e conceitos importados dos países centrais. Esse movimento intelectual fez com que teorias fossem aplicadas sem nenhum rigor, gerando pesquisas cuja própria estrutura metodológica é problemática. Um exemplo rico demonstrado pelo autor é a repartição, criada por Colin Clark, da economia em setores primários, secundários e terciários (SANTOS, 1978,pág.16), que encontra problemas no choque à realidade dos países subdesenvolvidos. Outro ponto de inflexão situa-se no maior foco em compreender a problemática das favelas do que a pobreza em si; esvaziando de conceito a questão e procurando entender apenas suas consequências no urbano.

Para os autores que buscaram conceituar a pobreza, Milton Santos aponta seus questionamentos principalmente no que tange à estatisticatização, a criação de “linhas de pobreza” por organismos internacionais, movendo a questão para lógica quantitativa onde a solução surgiria dentro do planejamento estatal (SANTOS, 1978, pág. 17)<sup>14</sup>. A contabilidade e o uso racional dos recursos aparecem então como a proposta das teorias sobre o desenvolvimento para solucionar a pobreza, cujo ponto central é a industrialização. Para Milton Santos, a falta de uma base sólida de compreensão da realidade social fez com que o ideário do planejamento atrasasse o desenvolvimento de uma teoria adequada, além de contribuir para o agravamento do problema. Os apontamentos iniciais da vertente Cepalina das teorias do desenvolvimento, em especial o pensamento de Raul Prebisch (1969) e Celso Furtado (1966), corroboram com o argumento de Milton Santos uma vez que os próprios autores superaram parte de seus pensamentos e compreenderam suas limitações históricas. É nesse momento histórico em que o desenvolvimento surge enquanto palavra-chave no pensamento social, mesmo que não tivesse um sentido definido, obscuro (SANTOS, 1978.pág 19)<sup>15</sup>.

“As teorias do crescimento especificaram necessidades que eram julgadas essenciais, e o planejamento era aplicado para racionalizar a organização e a utilização dos recursos, sem levar em conta as realidade locais. Ora, como a tentativa de de interpretar as realidades dos países subdesenvolvidos consistia principalmente em preparar uma lista de recursos para permitir seu planejamento, aquilo que era elaborado e apresentado como teoria podia não ajudar e, em certos casos, até mesmo trazer resultados perniciosos, apesar do esforço que representavam [...] equivale a pôr o carro à frente dos bois.”

(SANTOS, 1978. pág 19. Grifos nossos)

Fernando Correa Prado procura destrinchar as razões históricas pela quais o desenvolvimento tornou-se o centro dos estudos nos países periféricos, entre eles o desenvolvimento de bancos e instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a criação das Nações Unidas (ONU) e principalmente os efeitos da Guerra Fria na América Latina, que geraram medidas como a Aliança Para o Progresso e a “Doutrina Truman” (PRADO, 2015, pág 48). Mais do que ações estatais, foi gestado um processo de criação de uma “Ideologia do Desenvolvimento”, compreendida tanto como horizonte utópico, projeto político e ideologia (PRADO, 2015). Isso quer dizer que o “desenvolvimento” se torna o mote máximo do pensamento brasileiro, influenciando todas as correntes de pensamento sobre a pergunta “Como se desenvolver?”, levando a uma confusão ambígua, circular e trilhada que se estrutura de maneira eficiente

---

<sup>14</sup> Contraponto tais autores, Milton Santos situa a pobreza não enquanto teoria econômica, mas como teoria política, onde esta deve existir enquanto um modo de vida dinâmico, correspondente à cada formação sócio-espacial particular e pelo “objetivos que a sociedade determinou para si própria” (SANTOS, 1978.pág 18).

<sup>15</sup> Posteriormente diversos autores irão trabalhar nessa concepção de Desenvolvimento enquanto “mito” (FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico** - Rio, Paz e Terra, 1973), ou “Ideologia” (PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de doutorado. Rio de Janeiro–RJ, 2015.)

enquanto ideologia (PRADO, 2015, pág 15). Milton Santos trabalha com ideia similar, situando o planejamento enquanto aparelho dessa ideologia.

“A serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia da sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estarngeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência.”

(SANTOS, 1979, pág 15)

A própria substituição do termo cunhado para representar os países periféricos é modificada: renunciando sua colocação enquanto países do “Terceiro Mundo”, separados dos países “ricos”, eles agora se constituem enquanto “subdesenvolvidos”, ou seja, estão em vias de alcançarem o tão sonhado “Desenvolvimento”<sup>16</sup>. O geógrafo estende a crítica:

“A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, tinha-se, antes de tudo, que inventar o Terceiro-Mundo. Tarefa fácil, uma vez que as pessoas aparentemente bem intencionadas haviam lançado esse termo. O Subdesenvolvimento, foi, então discutido, condenado, definido em um milhar de modos diferentes, tudo em tempo recorde... e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido”

(SANTOS, 1979, pág 15)

Apesar das repetidas e estruturadas críticas ao conceito de “subdesenvolvimento”, é sintomático a repetição do termo por Milton Santos durante o decorrer de suas obras, não se utilizando do vocabulário marxista “dependente”, ou similares, durante toda sua produção teórica.

No que tange às críticas pragmáticas de Milton Santos às teorias do desenvolvimento, estas podem ser condensadas em 3 pontos de crítica: i) “Nessa abordagem a “crise urbana” resultaria da explosão demográfica, responsável pelas migrações que a agravam.” (pág 80); ii) “[...] a sociedade é analisada como se não tivesse classes” (pág 79); e iii) “[...] a pobreza pode ser considerada uma situação de transição, uma fase apenas, necessária na mobilidade ascendente” (pág 79). Essas críticas se constroem diretamente contra parte da corrente cepalina, assim como de autores não marxistas como Fernando Henrique Cardoso e José Serra, exemplificado nas críticas a visão furtadiana de Aliança com a burguesia industrial brasileira como medida de superação do subdesenvolvimento e a integração via inclusão no consumo de Raul Prebisch.

---

<sup>16</sup>Samir Amin discute brilhantemente a substituição e abandono do termo “Terceiro Mundo” durante a Guerra Fria. Amin, Samir. “**Tiers monde**.” (1965).

“É ilusório pensar que as grandes indústrias que dependem de insumos e produtos estrangeiros possam integrar-se em benefício de um continente. No entanto, Raul Prebisch (1969), como todo o seu prestígio intelectual e político, não escreveu que “a fim de se atingir integração interna e de se incluir as massas de população excedente e marginal na vida econômica de nossos países é indispensável dar certos passos para a integração latino-americana?” Ele se esqueceu que o fator essencial numa situação de integração ou de desintegração de economias nacionais “se origina de seus elos periféricos à órbita do capitalismo neocolonialista [...] porque economias internamente desintegradas não podem integrar-se internamente (Maza Zavala, 1969, p.83)”

(SANTOS, 1979, pág 19)

Entende-se nesse trabalho, porém, que o autor não se referiu à vertente marxista na crítica, uma vez que nenhum dos autores apontados era marxista ou adepto da teoria, como demonstrado pela tabela 1. Além disso, as mesmas críticas foram desenvolvidas por esses autores, principalmente ausência de luta de classes e a pobreza enquanto etapa transitória<sup>17</sup>, durante o decorrer das discussões da época<sup>18</sup>.

Buscando produzir uma análise aprofundada nas obras de Milton Santos sobre a influência de outros autores, assim como pontos de concordância e divergências, foi desenvolvida uma tabela dos principais pesquisadores que trabalharam a temática e foram nominalmente citados nas obras do geógrafo. O período analisado foi escolhido pelo momento histórico das publicações, onde as discussões sobre o “desenvolvimento” e a Dependência estavam em foco no pensamento teórico e social da América Latina. O método de interpretação dos diálogos existentes entre Milton Santos e as teorias do desenvolvimento se estruturou em uma separação dual dos autores utilizados enquanto referências bibliográficas. De um lado, foram distinguidas referências cuja utilização se deu no âmbito teórico, seja reforçadas ou criticadas pelo autor, enquanto do outro lado foram separadas as referências cuja utilização se deu em maior grau enquanto estudos de caso, de modo que a teoria dos autores que as desenvolveram não foram colocadas em discussão.

Analisando a distribuição da tabela é possível perceber, quase de maneira unânime, como o geógrafo se propôs a debater teoricamente e a utilizar autores que se coloquem fora de uma perspectiva marxista clara que atua procurando romper com o capitalismo dependente. As exceções se constituem em Andre Gunder Frank e a utilização parcial da problemática do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”<sup>19</sup> no contexto latino-americano e de Samir Amin à sua crítica do conceito de marginalidade<sup>20</sup>(SANTOS, 1978,pág 37). Aníbal Quijano encontra-se no mesmo sentido que os

---

<sup>17</sup>BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Popular Era. 1983. e DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y dependencia*. México D.F.: ERA, 1978.

<sup>18</sup>Para uma sistematização introdutória do debate entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, conferir BIANCHI, Alvaro. “*O marxismo fora do lugar*”, Política e sociedade, vol. 09, nº 16, 2010.

<sup>19</sup>FRANK, Andre Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Sinal, 1968.

<sup>20</sup>AMIN, Samir. *L'accumulation à l'échelle mondiale. Critique de la théorie du sous-développement*. Paris, Anthropos, 1971.

autores marxistas, apesar de sua produção intelectual que perpassa pela CEPAL e se assenta em uma herança heterogênea de Marx (RUBBO, 2019), estruturando o conceito de “colonialidade do poder”<sup>21</sup>. Assim, esses autores se repetem em ambas colunas, apesar de aparecem com maior peso enquanto referências amostrais. Como exemplo, pode-se observar como Milton Santos utiliza reiteradas vezes os estudos de Samir Amin sobre a Costa do Marfim<sup>22</sup>, apesar de não utilizar de sua teoria, fortalecendo a já posta crítica do geógrafo sobre a falta de estudos e estatísticas sobre os países periféricos, necessitando a reutilização de trabalhos pela escassez de produções teóricas.

tabela 1.

| <b>UTILIZAÇÃO TEÓRICA DE AUTORES LIGADOS ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO NAS PRINCIPAIS OBRAS DE MILTON SANTOS</b>   |   |
|--|---|
| Citações e referências com utilização teórica  | Citações e referências com utilização amostral  |
| Aníbal Quijano (1978)<br>Fernando Henrique Cardoso (1978, 1979b)<br>Celso Furtado (1978, 1979a, 1979b)<br>Andre Gunder Frank (1978, 1979a)<br>Samir Amin(1978)<br>Maria da Conceição Tavares (1978)<br>José Serra (1978)<br>Raul Prebisch(1979a)<br>Paul Sweezy (1979a, 1979b)<br>Paul Baran (1979b)<br>John Friedman (1978, 1979a, 1979b) | Samir Amin (1978,1979a,1979b)<br>Aníbal Quijano (1978,1979b)<br>Theotonio dos Santos(1979b)<br>Ruy Mauro Marini(1979b)<br>Andre Gunder Frank(1979a)<br>Florestan Fernandes(1979a) |

Fontes: SANTOS(1978),(1979a) e (1979b).

De maneira oposta, Milton Santos utiliza repetidas vezes estudos, teóricos e amostrais, de pensadores ligados às outras correntes de pensamento, sempre de maneira crítica, como nas já apontadas discordâncias com Celso Furtado e Raul Prebisch. A recorrente utilização de John Friedman surge principalmente no devir teórico de Milton Santos de contrapor o pensamento da Geografia Neopositivista com robustez durante toda a sua produção teórica, visto que o planejador e economista é tido como uma das principais influências do pensamento no Brasil após prestar consultoria ao IPEA e ao IBGE (GEIGER,1988).É interessante pensar, também, no apagamento

<sup>21</sup>QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-Systems Research, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000a.

<sup>22</sup>AMIN, Samir. **Le développement du capitalisme en Côte d’Ivoire**. Paris, Minit, 1967.

causado às vertentes marxistas uma vez que não foram colocadas em discussão nas principais produções de Milton Santos e por consequência na Geografia Crítica brasileira de maneira geral, uma vez que o autor certamente conhecia os principais teóricos do movimento<sup>23</sup>. Assim, é possível pensar como uma hipótese futura o desenvolvimento do chamado “Não-Debate”<sup>24</sup> marxista dentro da Geografia brasileira.

## CONCLUSÕES

Os estudos de Milton Santos e Ruy Mauro Marini acabam por concluir a mesma questão: O processo de modernização da economia, por meio da industrialização voltada para fora, é viabilizada pela superexploração da força de trabalho que passa a ter de recorrer ao circuito inferior da economia urbana para acessar os bens e serviços. Por isso que ambos os circuitos, superior e inferior, são efeitos da modernização no contexto subdesenvolvido.

Se torna observável, então, uma absorção parcial do pensamento desenvolvimentista<sup>25</sup> por parte de Milton Santos, onde o autor aponta a industrialização como parte da solução para o subdesenvolvimento brasileiro em suas obras, absorvendo o pensamento de autores eminentes como Celso Furtado e Raúl Prebisch. Porém, são desenvolvidas críticas a parte dessas produções, principalmente no que tange à sua interpretação da pobreza nas vertentes liberais enquanto uma etapa de transição dos países pobres que, em algum momento, alcançariam os países ricos.

Quanto a utilização de autores marxistas que trabalham com a temática, é perceptível uma utilização parcial de suas produções, mesmo que Milton Santos tivesse contato com a produção estritamente teórica dos mesmos. Tal utilização é feita apenas enquanto estudos de caso dos países subdesenvolvidos (ou dependentes, na abordagem marxista), sendo utilizados para reforçar o pensamento miltoniano. Por essa razão, torna-se intrigante o fato de que o geógrafo tenha apontado, de certa maneira, os mesmos fatores das condições de vida e da pobreza que Ruy Mauro Marini aponta em seus estudos, onde os dois conceitos dos autores, o Circuito Inferior da Economia Urbana e a Superexploração da força de trabalho, dialogam, principalmente no que tange a esfera do consumo.

---

<sup>23</sup>Parte da intelectualidade da Geografia Crítica como Armando Corrêa da Silva e Odette Seabra também participaram da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, POLOP, cujos Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini eram integrantes. PEDROSA, Breno Viotto. **A controvérsia da Geografia Crítica no Brasil (Parte II)**. Geosul, v. 30, n. 59, p. 29-46, 2015.

<sup>24</sup> PRADO, Fernando Correa. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Comunicação & política, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.

<sup>25</sup> Desenvolvimentismo compreendido aqui enquanto ideologia presente tanto nas vertentes liberais e cepalinas. Ver o capítulo “A origem da ideologia do desenvolvimento e seu enraizamento no Brasil” em *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Prado, Fernando Correa. 2015.



Dessa maneira, Milton Santos parece manter um movimento que parece corresponder à Geografia Crítica brasileira no geral, tentando utilizar do materialismo histórico dialético na análise da realidade brasileira, porém sem inserir uma leitura teórica profunda sobre os autores marxistas do país. O resultado é o apagamento, ou melhor, a não discussão sobre a Dependência dentro da disciplina, não disposto de saídas teóricas novas. Concomitantemente, as soluções propostas para o “problema brasileiro”, isto é, o subdesenvolvimento, se alicerçam nas soluções propostas pelo estruturalismo cepalino, buscando uma saída do dentro do capitalismo. Essa abordagem não busca romper com as estruturas sociais que o Capital cria, tornando intrigante a aceitação de Milton Santos nessa abordagem, uma vez que o próprio autor compreende a pobreza e as relações centro-periferia enquanto estruturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir. **Le développement du capitalisme en Côte d’Ivoire**. Paris, Minuit, 1967.
- AMIN, Samir. "**Tiers monde**." (1965).
- AMIN, Samir. **L’accumulation à l’échelle mondiale. Critique de la théorie du sous-développement**. Paris, Anthropos, 1971.
- ABREU, Maurício de Almeida. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação**. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, p. 199-222, 1994.
- BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 1ª edición. Siglo Veintiuno XX1. México, Distrito Federal: 1974.
- BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Popular Era. 1983.
- BIANCHI, Alvaro. **“O marxismo fora do lugar”**, Política e sociedade, vol. 09, nº 16, 2010.
- CATAIA, Márcio, e Silvana Cristina da Silva. **"Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade."** Boletim Campineiro de Geografia 3.1 (2013): 55-75.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural no Brasil**. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA; Edições L’Harmattan, 2012, pp. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4.
- DOS SANTOS, Theotonio. **"Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano."** (1972).
- DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. México D.F.: ERA, 1978.
- DOS SANTOS, Theotonio . **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1983.
- DOS SANTOS, Theotonio . **Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital**. Petrópolis, RJ: Ec. Vozes, 1987.

DOS SANTOS, Theotonio . **A Revolução Científico-Técnica, A Divisão Internacional do Trabalho e o Sistema Econômico Mundial**. Vitória, ES: Cadernos ANGE, 1994.

FRANK, Andre Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Sinal, 1968.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico** - Rio, Paz e Terra, 1973.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Industrialização e urbanização no Brasil: conhecimento e atuação da Geografia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, p.59-84, 1988. Número especial.

HARVEY, David. **“Explanation in geography.”** London: Edward Arnold,1969.

KATZ, Claudio Isaac. **A teoria da dependência, 50 anos depois**. Expressão Popular, 2021.

KUHN, Thomas. **Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LUCE, Mathias Seibel. **"Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica."** São Paulo: Expressão Popular (2018).

MACHADO, Thiago Adriano. **Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo**. GEOgraphia, v. 19, n. 40, p. 185-190. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5º edição. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2003.

PEDROSA, Breno Viotto. **A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I)**. Geosul, v. 30, n. 59, p. 7-28, 2015.

PEDROSA, Breno Viotto. **A controvérsia da Geografia Crítica no Brasil (Parte II)**. Geosul, v. 30, n. 59, p. 29-46, 2015.

PRADO, Fernando Correa. **"História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil."** Comunicação & política 29.2 (2011): 68-94.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de doutorado. Rio de Janeiro–RJ, 2015.

PREBISCH, Raul. **Notas sobre la Economía y el Desarrollo de América Latina**, nº24, 16 de Agosto de 1969. CEPAL

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-Systems Research, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000a.

RUBBO, Deni Alfaro. **Aníbal Quijano em seu labirinto: metamorfoses teóricas e utopias políticas**. Sociologias, v. 21, p. 240-269, 2019.

- SANTOS, Milton (Org.) . **Território: Globalização e Fragmentação** . São Paulo: ANPUR, 1994. v. 1.
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3º Edição. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana nos países subdesenvolvidos**. 2º Edição. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. 2º Edição. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5º Edição. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. **Subimperialismo, na visão de um geógrafo**. GEOgraphia, v. 19, n. 40, p. 180-184, 2017.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4º Edição. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. 1977. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista De Geografia,(54), 81\_100.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 1996.
- STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2º Edição São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VIEGAS, D. H. **Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v.22, E202009pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202009p.